



## CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### NOTA OFICIAL

#### **Sem informação transparente não há democracia**

No último movimento dos caminhoneiros, cuja greve paralisou as atividades de transporte em quase todo o país, os profissionais de comunicação e também empresas sofreram forte intimidação por parte de manifestantes, ferindo frontalmente os princípios constitucionais que garantem a liberdade plena de expressão e opinião.

Além do mais, nas redes sociais, por meio de declarações de manifestantes ou pelo expediente de notícias fraudulentas, foram despejados posts e comentários que atingiram o jornalismo como profissão e plataformas de comunicação, induzindo as pessoas a agressões verbais e físicas, precedentes perigosos para a democracia brasileira.

Segundo levantamento da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), apresentado na última reunião do Conselho de Comunicação Social (04/06/2018), mais de uma dezena de profissionais sofreram ameaças e agressões em pelo menos nove estados brasileiros durante o trabalho de cobertura da greve - Bahia, Ceará, Paraná, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Nesses estados, as agressões verbais e insultos aos jornalistas e radialistas foram recorrentes e alguns profissionais impedidos de trabalhar. Em vários estados, como ocorreu em Pernambuco, houve ameaças e imposição para destruição de imagens captadas por equipe de TV. No Paraná, manifestantes ameaçaram atirar de um viaduto um repórter e uma equipe de TV foi cercada por um grupo portando barras de ferro. Por sua vez, em Santa Catarina jornalista foi intimidado e teve o seu celular derrubado por um tapa desferido por agressores. Igualmente grave, no interior de São Paulo repórter cinematográfico e técnico de áudio foram agredidos a pauladas.

Provavelmente, muitos outros casos pelo interior do Brasil não chegaram ainda ao conhecimento das entidades profissionais que representam os jornalistas e radialistas.

Paralelamente, há também um registro grave de outra dimensão, que merece o repúdio do Conselho: jornalistas, no contexto do movimento, denunciaram que um jornal de Pernambuco praticou censura interna, distorcendo reportagens produzidas para dar um foco hostil aos caminhoneiros.

Nos últimos meses, em manifestações de vários tipos e origem, temos acompanhado a agressão contra os profissionais e até destruição de bens de empresas de comunicação, necessários ao exercício do jornalismo e à difusão de informações aos brasileiros. No tocante às agressões, elas alcançaram o seu ápice na chamada greve dos caminhoneiros.

Essa escalada contra a imprensa e contra a liberdade de imprensa precisa cessar. Aos organismos institucionais e ao governo, que ajam com o rigor da lei para garantir a livre produção de informação no país. Aos diversos segmentos de trabalhadores da sociedade – agora, em especial aos caminhoneiros e suas entidades -, que repensem os seus atos e passem a valorizar o trabalho da comunicação social, sem o qual as suas reivindicações podem se converter não em vitórias, mas em agressões ao nosso bem maior, a democracia. Quanto às empresas e profissionais, que sejam objetivos e transparentes em suas coberturas, pois é esse comportamento que dá credibilidade à comunicação social.

Creemos que as manifestações são livres, balizadas pelos nossos diplomas constitucionais e legais. Agredir a comunicação social – profissionais e empresas -, entretanto, é ato ditatorial e não pode contar com o apoio dos cidadãos.

Brasília, 4 de junho de 2018.



Murillo de Aragão

Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional